

20 JUN 1980

Medidas do CDE não vão afetar governo do DF

As medidas adotadas na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE - que entre outras medidas adotou o congelamento dos salários dos dirigentes das empresas estatais, proíbe a contratação de funcionários para órgãos da administração direta até 31 de dezembro de 1981, como também a ampliação de quadros de empregos permanentes, temporários ou em comissão, não atingirão o Governo do Distrito Federal na área de contratação de pessoal. O chefe do Gabinete Civil do GDF, Paulo José Martins, afirma que o GDF já vinha adotando essa política e que os efetivos do governo brasiliense já vinham, de há muito, comportando-se adequadamente à política do setor.

Segundo o chefe da Casa Civil do GDF, desde que o governador Aimé Lamaison assumiu o cargo, todas as questões referentes a admissão e contratação de pessoal são submetidos ao Conselho de Política de Pessoal, sob a presidência do Secretário de Administração do GDF. "Esse Conselho, afirmou, tem por missão analisar todos os pedidos feitos pelas administrações direta e indireta, sendo todos eles analisados nos seus méritos e, ainda, analisados nos aspectos econômicos e financeiros. Paulo José Martins afirma ainda que o efetivo aprovado para o Governo do Distrito Federal é de 11 mil funcionários (efetivo aprovado em 1975) e que hoje existem 8 mil funcionários, existindo um decréscimo de 0,5 por cento ao mês, provenientes de demissões, aposentadorias, etc.

Apesar do governo brasiliense já vir adotando essa política, segundo Paulo José Martins, a última resolução do CDE "não atingiu o GDF, além dos motivos citados, mas também porque a medida atinge o Governo Federal". Diante disso, concluiu, e com vistas às providências adotadas anteriormente, as resoluções do CDE não terão repercussão no GDF de forma negativa".